

Na diversidade apresentada em termos de campos disciplinares, temas, objetos e referenciais teórico-metodológicos dos textos que compõem as seções do fascículo 34 da **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, destacam-se contribuições sobre representações de profissionais da área da saúde e educação sobre sofrimento, adoecimento, cuidado; a educação em saúde e a formação profissional como estratégia para a produção do cuidado e a promoção da saúde; a medicalização do social e a complexidade envolvida no campo da produção do cuidado em saúde mental.

O Dossiê sobre Discursos Médicos: diagnóstico e medicalização está estruturado com dois artigos que compõem diferentes olhares sobre o discurso médico, os quais trazem novos entendimentos sobre o amplo e longo processo de medicalização e alteração das fronteiras entre normal e patológico.

O debate sobre medicamentação, especialmente pela expansão do uso de psicofármacos no campo terapêutico e de sua difusão para além deste domínio, é ricamente atualizado a partir da abordagem do Transtorno de Déficit de Atenção, com ou sem Hiperatividade (TDA/H). As implicações sociais da expansão deste diagnóstico e da disseminação dos fármacos, em especial a ritalina, como recurso terapêutico são discutidas por María Cecilia Tamburrino e colaboradores no artigo “Discursos médicos y estrategias de marketing de la industria farmacéutica en los procesos de medicalización de la infancia en la Argentina”. A partir da análise dos discursos do campo médico (pediatria, psiquiatria infanto-juvenil e neurologia infantil) das regiões de Buenos Aires, Corrientes, Salta e Tierra del Fuego, concernentes ao diagnóstico de TDA/H e tratamento médico com utilização de fármacos na população infantil, os autores apontam que, a despeito da maioria dos entrevistados reconhecer a dificuldade em precisar o diagnóstico, os fármacos se impõem como opção terapêutica majoritária. O circuito do tratamento no qual emerge a decisão por medicar abrange diferentes esferas como a escola (que propõe o tratamento), a família (que solicita ao médico) e o médico (que, mesmo com dificuldade para definir o diagnóstico, receita o fármaco). Destaca-se, ainda, a influência da indústria farmacêutica nas esferas do circuito. Com suas estratégias de marketing, as empresas difundem informações para além da comunidade médica, penetrando nas escolas e nas famílias, áreas principais da vida das crianças.

O segundo estudo, “A ritalina no Brasil: produções, discursos e práticas”, de Francisco Ortega e colaboradores, discute a percepção social do fármaco no país, cujo incremento da utilização para o tratamento de patologias da atenção tem sido considerável na última década, ao mesmo tempo em que se observa seu uso em pessoas saudáveis que buscam melhorar suas funções cognitivas. Os resultados de dois campos de investigação são analisados. O primeiro sobre publicações nacionais (científicas e de mídia popular) acerca da ritalina e o segundo sobre as representações de universitários, seus pais e profissionais da saúde, sobre o uso da ritalina no aprimoramento do desempenho cognitivo. Deste segundo campo emerge uma rica discussão acerca das fronteiras entre natural e artificial, entre natureza e cultura, inclusive com repercussões no campo do que deve ser moralmente aceito. Para os autores, a natureza biológica, antes considerada imutável, passa a ser relativizada à medida que sobressai a tolerância à alteração da neurobiologia a partir de um ideal social que valoriza a performance das pessoas.

Na seção Artigos, sobressaem trabalhos voltados às novas produções de cuidado em Saúde Mental, advindas com o movimento da reforma psiquiátrica brasileira. Os estudos destacam a complexidade de práticas, saberes e valores sociais e culturais no cotidiano da vida de instituições e associações em saúde mental. Em estudo sobre os sentidos do trabalho e imaginário organizacional em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) no Rio de Janeiro, Vinícius Vasconcellos e Creuza Azevedo discutem as experiências de prazer e sofrimento dos profissionais. Com argumentação embasada na tênue relação de equilíbrio entre, de um lado, o êxito terapêutico do trabalho realizado e a reconhecida importância da proposta reformista e, de outro lado, as adversidades advindas da escassez de material e recursos, bem como a baixa valorização social do trabalho, são discutidos os limites e as possibilidades da transformação do cuidado em Saúde Mental. Igualmente preocupadas com a produção do cuidado neste campo, as pesquisadoras do Rio Grande do Norte Kamila S. Almeida, Magda Dimenstein e Ana Kalliny Severo analisam o cotidiano de uma associação local que congrega usuários de saúde mental, familiares e profissionais buscando compreender os dispositivos associativos como estratégias para o empoderamento dos usuários e familiares em termos da potencialização da força e autonomia desses sujeitos. O estudo aponta limites ao empoderamento dos usuários e familiares que emergem

a partir de múltiplos fatores, incluindo os institucionais, os políticos e os financeiros. A pertinência do empoderamento e da participação política dos sujeitos, como potencial terapêutico, é destacada no sentido da obtenção de direitos e do exercício da cidadania.

Entre outras interessantes questões debatidas nos demais trabalhos de Interface 34, merece destaque, na seção Espaço Aberto, o relato de experiência sobre a implantação de um serviço de saúde vinculado a um terreiro de Camdomblé, em um município do subúrbio do Rio de Janeiro. Questões relacionadas a preconceito, intolerância religiosa, racismo cordial, entre outras, são exploradas no contexto das ações de saúde voltadas à população negra vinculada a religiões de matriz religiosa afro-brasileira e servem à reflexão sobre equidade e integralidade em saúde. Na seção Entrevista, Mary Jane Spink apresenta o professor Lupicinio Iñiguez-Rueda, catedrático em Psicologia Social da Universidade Autônoma de Barcelona, em um diálogo interessante tendo como pano de fundo questões emergentes quanto aos modos de vida saudáveis, ou à “promoção à saúde”, decorrentes do projeto de pesquisa “Controle e uso de tabaco em espaços públicos de convivência”, desenvolvida com o apoio do CNPq.

Fica, pois, o convite para que nossos leitores apreciem a riqueza de temas, a complexidade dos objetos e a profundidade dos debates.

Márcia Thereza Couto

Editora assistente

Departamento de Medicina Preventiva,
Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo